

Breitener
Tambaqui S.A.
(Controlada da Breitener Energética S.A.)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Índice

Relatório anual da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanco Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado	10
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
Demonstração do Valor Adicionado.....	14
Notas Explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019	15
1. A companhia e suas operações	15
2. Base de apresentação das demonstrações financeiras.....	16
3. Sumário das principais práticas contábeis	17
4. Estimativas e julgamentos relevantes	18
5. Novas normas e interpretações.....	19
6. Contas a receber.....	20
7. Estoques	23
8. Fornecedores	23
9. Arrendamentos mercantis.....	24
10. Partes relacionadas.....	24
11. Tributos.....	26
12. Benefícios concedidos a empregados	29
13. Patrimônio líquido	29
14. Receita de serviços	31
15. Custos e despesas por natureza	31
16. Outras receitas (despesas), líquidas	32
17. Resultado financeiro líquido.....	33
18. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	33
19. Processos judiciais e contingências	34
20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	37
Diretoria Executiva	40



BREITENER TAMBAQUI S.A.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício 2019

A Administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019. Estas demonstrações são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, DVA, Notas Explicativas, acompanhadas de Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.

Em 2019, a Breitener Tambaqui S.A. atingiu uma geração líquida média de 56,5 MW, 6% abaixo da geração contratada de 60 MW e quase mantendo a geração líquida média de 2018 de 56,9 MW, consequência dos desgastes das unidades geradoras, quantidade de falhas e paradas para manutenção preventiva no período, devido os motores terem ultrapassado o prazo de realização de manutenção preventiva de 60.000 horas de operação (*overhaul*).

Por este fato, após a conclusão dos estudos sobre os cenários econômico-financeiros previstos, a companhia optou, em 2018, pela troca da totalidade dos 23 motores (totalidade de seus componentes internos) a gás, mantendo apenas os gear boxes e os geradores. Essa troca se mostrou mais viável economicamente do que a realização das manutenções de 60.000 horas de operação (*overhaul*) nos referidos motores conforme recomendação do fabricante, além das eventuais multas pela não geração da energia contratada (60 MW líquidos/mês). Destaca-se que 2 motores já estão instalados e em plena operação, além disso há mais 1 motor em teste.

Assim, a companhia passou a partir do terceiro trimestre de 2019 a realizar gastos relacionados a essas trocas de motores. Como a companhia não tem previsão legal de recuperar os gastos incorridos por meio da remuneração do seu contrato de arrendamento e nem possui expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por meio da utilização desses motores em suas atividades normais, além daqueles que já estão cobertos pelo atual contrato, os gastos destinados estão sendo levados ao resultado à medida que forem utilizados.



Desde dezembro de 2018, o controle acionário da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AmE) relativos à parte de distribuição de energia foi vendido para o Consórcio Oliveira Energia/Atem, não afetando o contrato de fornecimento de energia existente com a Breitener Tambaqui, uma vez que tal contrato foi anteriormente transferido para a nova empresa criada pertencente ao grupo Eletrobrás, a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (Amazonas GT). Desta forma, a liminar ganha na justiça ainda em 2016, que assegurou o cumprimento da garantia da Eletrobrás em caso de inadimplência da Amazonas Energia S.A. (AmE), continuou valendo e não foram observados significativos atrasos nos recebimentos das faturas de venda de energia da companhia. Todavia, contra a nova empresa Amazonas GT, a Breitener Tambaqui não possuía liminar que impedia a cobrança de penalidades e estas foram glosadas no valor de R\$ 6,6 MM em 2019. Importante salientar que esta liminar já havia caído mesmo para a antiga empresa AmE o que culminou em uma glosa das faturas no valor de R\$ 27,8 MM ainda em 2018, mas reconhecida como provisão perda de crédito esperado (PCE) neste ano de 2019. Pelo mesmo fato – queda da referida liminar – a companhia não recebeu da AmE as 3 parcelas finais do acordo judicial dos valores relativos a ações judiciais contra a mesma e a Eletrobrás no valor de R\$ 20,3 MM, o que também contribuiu para menor geração de caixa.

Relevante salientar que foi negociada a assinatura de um Termo de Encerramento de Pendências - TEP dos custos dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, Jurídico e Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, que são compartilhados e conduzidos por sua controladora indireta (Petrobras). O montante foi provisionado e contempla o valor principal de R\$ 4,34 MM e a atualização monetária de R\$ 0,44 MM. Também importante destacar o equacionamento da dívida de Breitener Tambaqui com a controladora indireta (Petrobras), relacionado ao contrato com a Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS repassada à última. A celebração do Contrato de Confissão de Dívida – CCD no montante de R\$ 29,6 MM possibilitou à companhia encerrar relevante pendência.

Quanto aos indicadores estratégicos da companhia, apenas o Disponibilidade (DISP) não foi atingido, impactado pelo atraso do início do Revamp dos motores em seis meses. Os demais indicadores – Geração de Energia (GEN), Taxa de Acidentes Registráveis (TAR), Taxa de Anomalias de Segurança de Processo (TIER1), Indicador de Meio Ambiente (IMA), Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG) e (GOG'), Cumprimento do Plano Anual de Negócios (CPAN) e Horas Extras (HE) – foram atingidos ou superados.



Enfim, por todos estes fatos explicados e ocorridos em 2019, em que pese ainda o desinvestimento anunciado pela sua controladora indireta Petrobras na sua acionista Breitener Energética, a companhia apresentou um prejuízo de R\$ 19,9 MM, porém com a expectativa de reversão para lucro a partir de 2021, quando os resultados dos gastos com o Revamp serão obtidos, bem como, ao mesmo tempo, cessarão.

Manaus/AM, 19 de fevereiro de 2020.

A Administração

Raimundo Barroso Lutfi Filho
Diretor Presidente

Clodiana Brescovit Alves
Diretora Financeira

Manoel Rodrigues Terceiro
Neto Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da Breitener
Tambaqui S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Breitener Tambaqui S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Breitener Tambaqui S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 10 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Breitener Tabaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita de serviços	14	20.495	19.940
Custo dos serviços	15.1	(54.275)	(56.228)
Prejuízo bruto		(33.780)	(36.288)
Receitas (despesas)			
Vendas	15.2	(34.654)	3.653
Gerais e administrativas	15.3	(6.575)	(1.305)
Tributárias		(1.786)	(8.585)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	16	(4.626)	7.104
		(47.641)	867
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(81.421)	(35.421)
Resultado financeiro líquido	17	86.728	145.831
Receitas financeiras		83.170	81.008
Despesas financeiras		(17.418)	(82)
Variações cambiais e monetárias, líquidas		20.976	64.905
Lucro antes dos impostos		5.307	110.410
Imposto de renda e contribuição social	11.3	(25.164)	(24.266)
(Prejuízo) / Lucro do exercício		(19.857)	86.144
(Prejuízo) / Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	13.4	(0,07)	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) / Lucro do exercício	(19.857)	86.144
Resultado abrangente total do exercício	(19.857)	86.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Reservas de Lucros			Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 1º Janeiro de 2018	279.445	1.906	20.290	-	301.641
	279.445		22.196	-	301.641
Lucro do exercício	-	-	-	86.144	86.144
Destinações:					
Apropriação do lucro líquido em reservas	-	4.307	61.378	(65.685)	-
Dividendos	-	-	-	(20.459)	(20.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	279.445	6.213	81.668	-	367.326
	279.445		87.881	-	367.326
Prejuízo do exercício	-	-	-	(19.857)	(19.857)
Destinações:					
Absorção do prejuízo do exercício com reserva	-	-	(19.857)	19.857	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	279.445	6.213	61.811	-	347.469
	279.445		68.024	-	347.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) / Lucro do exercício	(19.857)	86.144
Ajustes para:		
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	39	43
Depreciação e amortização	17	23
Perdas de crédito esperadas - PCE	34.655	(3.624)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	(79.646)	(139.958)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(7.082)	(5.872)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	5.695	3.017
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	10.815	68.469
Contas a receber - arrendamento financeiro	76.518	69.731
Estoques	(7.933)	(10.410)
Depósitos judiciais	-	(1)
Outros ativos	-	(1)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	7.697	(1.648)
Fornecedores - arrendamento financeiro	(15.247)	(14.186)
Impostos e contribuições	(3.615)	17.496
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.388)	(19.252)
Outros passivos	(3.981)	3.452
Recursos líquidos (utilizados nas) gerados pelas atividades operacionais	(17.313)	53.423
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate (investimentos) de recebíveis de ativos financeiros	37.829	(46.625)
Recursos líquidos gerados (utilizados nas) pelas atividades de investimentos	37.829	(46.625)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(20.459)	(6.763)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(20.459)	(6.763)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	57	35
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38	3
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	95	38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Breitener Tabaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Receitas		
Vendas, serviços e outras receitas	50.800	39.222
Perdas de créditos esperadas - PCE	(34.655)	3.624
	16.145	42.846
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(61.389)	(37.937)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(2.214)	(2.145)
	(63.603)	(40.082)
Valor (consumido) adicionado bruto	(47.458)	2.764
Depreciação e amortização	(17)	(23)
Valor adicionado líquido (consumido) produzido pela Companhia	(47.475)	2.741
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita de juros sobre o arrendamento mercantil	57.433	22.518
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	46.713	127.885
	104.146	150.403
Valor adicionado total a distribuir	56.671	153.144
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários	11.927	11.190
Benefícios	3.291	3.196
FGTS	1.082	1.158
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	430	897
	16.730	16.441
Tributos		
Federais	34.047	37.671
Estaduais	8.147	8.166
Municipais	9	4
	42.203	45.841
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	17.418	4.572
Despesas de aluguéis	177	146
	17.595	4.718
Acionistas		
Dividendos	-	20.459
(Prejuízo) / Lucro retido	(19.857)	65.685
	(19.857)	86.144
Valor adicionado total distribuído	56.671	153.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A companhia e suas operações

Breitener Tambaqui S.A. ("companhia"), constituída em 10 de maio de 2005, é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), controlada da Breitener Energética S.A, e tem como objeto social a operação e manutenção de uma planta termoelétrica, com potência de 60MW, na cidade de Manaus. A data do início da operação comercial foi 12 de janeiro de 2006. A companhia tem a mesma duração das suas obrigações contratuais, relacionadas ao fornecimento de energia elétrica.

A companhia mantém transações com empresas do grupo Petrobras e segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Contrato de fornecimento de energia

Em 4 de maio de 2005, a sua controladora Breitener Energética firmou contrato de fornecimento de energia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE (antiga Manaus Energia S.A.). Este contrato, cujo objeto é o suprimento de energia elétrica à região norte do País, tem vigência de 20 anos, com parcelas vencíveis mensalmente e corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M. Os direitos e obrigações desse contrato foram cedidos à companhia.

As cláusulas contratuais estabelecem a disponibilização mensal de 60 MW líquidos, ininterruptos, de energia elétrica à AmE; que a operação e manutenção da planta termoelétrica seja efetuada pela companhia; e que todo o combustível consumido dentro dos limites de consumo específico e/ou *heat rate* será ressarcido pela Amazonas Energia, descontado do incentivo recebido pela CCC-ISOL.

Em dezembro de 2018 o controle da AmE relativos a parte de distribuição de energia foi vendido para o Consórcio Oliveira Energia/Atem não afetando os contratos existentes, já que tais contratos foram anteriormente transferidos para a nova empresa criada pertencente ao grupo Eletrobras, a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT).

O contrato com a AmE-GT prevê ainda que o conjunto de planta termelétrica, movida a óleo e a gás, será revertido para o patrimônio da AmE-GT sem qualquer indenização devida, findo o prazo de vigência contratual em julho de 2025.

1.1. Destaques do Exercício

1.1.1. Troca dos componentes internos das turbinas a gás da companhia

Revitalização do parque industrial de produção de energia da companhia, evitando a necessidade das constantes manutenções. Nesse processo foi efetuada a troca de 2 componentes internos das suas 23 turbinas a gás.

A companhia em seu acordo contratual firmado com a arrendatária, é obrigada a entregar no final do contrato em maio de 2025, a planta da térmica em plenas condições de uso e de geração de energia. Após a conclusão dos estudos sobre os cenários econômico-financeiros, a companhia optou pela troca da totalidade dos componentes internos das suas 23 turbinas a gás, mantendo apenas os *gear boxes* e os geradores, por ser mais viável economicamente do que as constantes manutenções e eventuais multas por não geração da energia contratada.

Como a companhia não tem previsão legal de recuperar os gastos incorridos por meio da remuneração do seu contrato de arrendamento e nem possui expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por meio da utilização dessas turbinas em suas atividades normais, além daqueles que já estão cobertos pelo atual contrato, os gastos destinados serão levados ao resultado à medida que forem utilizados (nota explicativa 16);

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1.1.2. Arrendamento mercantil dos equipamentos

Adoção do CPC 06 (R2) trouxe impactos no resultado financeiro da companhia com a AmE-GT, especificamente nas linhas de receita de juros e de atualização monetária sobre arrendamento, conforme detalhado na nota explicativa 17 (i).

1.1.3. Compartilhamento de Custos

A Diretoria Executiva aguarda aprovação do Conselho de Administração da controladora (Breitener Energética) para a assinatura do Termo de Encerramento de Pendências - TEP dos custos dos processos administrativos da companhia, que são compartilhados e conduzidos por sua controladora indireta (Petrobras). Informações adicionais estão destacadas na nota explicativa 10.1(ii).

1.1.4. Regularização CIGÁS

Liquidação da dívida relacionada originalmente ao contrato de aquisição de gás com a Companhia de Gás do Amazonas S.A. – CIGÁS, repassado à controladora indireta (Petrobras), possibilitando à companhia encerrar relevante passivo (nota explicativa 10.1(i)).

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado – DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2019, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, no qual os impactos serão demonstrados nas notas 9 e 17 e ao ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro no qual não houve impacto para a companhia.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, exceto pela aplicação do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil que foi adotado pela companhia a partir de 1º de janeiro de 2019.

3.1. As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativas

- 6. Contas a receber
- 7. Estoques
- 9. Arrendamentos mercantis
- 11. Tributos
- 13. Patrimônio Líquido
- 14. Receita de serviços
- 19. Processos judiciais e contingências
- 20. Gerenciamento de riscos

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.2.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.2.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 19.

4.2. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 11.2.

4.3. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perdas de crédito esperadas.

5. Novas normas e interpretações

5.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

O CPC emite normativos contábeis análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise e os já emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2019.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Pronunciamentos não emitidos pelo CPC

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Definição de um negócio - Alterações ao CPC 15	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito do CPC 15 – Combinação de Negócios ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020 - Aplicação prospectiva
Reforma da Taxa de Juros de Referência – Revisão do CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48	Altera o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, o CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, com o objetivo de incluir exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR) recomendada pelo Financial Stability Board (FSB).	1º de janeiro de 2020, aplicação retrospectiva.
Definição de materialidade - Emendas ao CPC 26 e CPC 23.	Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.

Quanto às emendas listadas acima, a companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Pronunciamentos emitidos pelo CPC

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos – N.º 14/2019	Definition of a Business – Amendments to IFRS 3 of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8	Definition 1º de janeiro de 2020

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente à revisão do CPC listada acima são os mesmos que foram apresentados para as respectivas emendas das IFRS.

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	2019	2018
Cientes		
Terceiros	461.755	464.762
Arrendamento mercantil financeiro (a)	376.294	395.379
Operação e manutenção (b)	11.605	8.690
CCC-ISOL (c)	47.929	47.929
CCEE (d)	3.219	1.806
Reembolso de encargos e recebíveis (e)	22.695	10.929
Outras	13	29
Partes relacionadas (nota explicativa 10.1)	4.069	1.940
	465.824	466.702
Perdas de crédito esperada - PCE (f)	(84.283)	(49.628)
	381.541	417.074
Circulante	101.511	71.562
Não circulante	280.030	345.512

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Decorrente da parcela de disponibilização de capacidade do contrato de fornecimento de energia elétrica firmado entre a Breitener Tambaqui e a arrendatária (nota explicativa 9).

b) Operação e manutenção

Decorre dos serviços de operação e manutenção vinculados ao contrato de fornecimento de energia elétrica com a arrendatária.

c) CCC-ISOL

Refere-se às parcelas de reembolso do óleo combustível, pendentes de recebimento da arrendatária, em decorrência da aplicação da Resolução Normativa 427 de 22 de fevereiro de 2011 (nota explicativa 19.4.1).

d) CCEE

Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

e) Reembolso de encargos e recebíveis

Refere-se ao reembolso de encargos vinculados ao contrato de fornecimento de energia e recebíveis em aberto com a arrendatária referente a parcelas remanescente de notas fiscais de potência do exercício de 2019.

f) Perdas de crédito esperadas - PCE

A companhia em 2019 constitui perdas de crédito esperadas (PCE) em função da queda de liminar, em 28 de fevereiro de 2019, que sustentava o direito da Breitener Tambaqui de não ser penalizada por incapacidade de fornecimento de energia. A Administração da companhia entrou novamente com uma ação contra a Amazonas Energia – AmE, detentora do contrato de arrendamento até então, para reaver o direito às parcelas glosadas de 2018, especificamente, dos meses de outubro e novembro de 2018. Adicionalmente, com a transferência dos contratos existentes para a AmE-GT no início de 2019, que também penaliza a companhia por incapacidade de fornecimento de energia, a administração e seus assessores jurídicos entenderam ser pertinente, em dezembro de 2019, entrar com ação judicial contra a AmE-GT.

É importante ressaltar que a garantia financeira prevista no contrato de arrendamento entre a companhia e a AmE-GT, continua atrelada a Eletrobras, portanto, o fluxo de recebimentos futuro não sofrerá alteração.

Detalhes dessa operação podem ser encontrados na nota explicativa 19.4.1.

6.1.2. Política contábil

Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

6.2. Movimentação das perdas crédito esperadas - PCE

	2019	2018
Saldo inicial	49.628	53.252
Adições (nota explicativa 6.1.f)	34.655	11
Reversões	-	(3.635)
Saldo final	84.283	49.628

6.3. Contas a receber vencidos – Clientes Terceiros

	2019	2018
Até 3 meses	6.934	-
De 3 a 6 meses	1.548	-
De 6 a 12 meses	15.441	-
Acima de 12 meses	60.360	49.628
	84.283	49.628

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6.4. Contas a receber - FIDC

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP, com a adoção do CPC 48, encontram-se classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

7. Estoques

	2019	2018
Peças de manutenção	47.018	39.085
	47.018	39.085

As peças são mantidas em estoque para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de produção de energia, conforme estabelece o contrato com a AmE-GT. O custo das peças é registrado no resultado do exercício mediante sua utilização.

O aumento no exercício de 2019 refere-se, principalmente, à aquisição de peças para troca dos componentes internos das turbinas a gás da companhia, conforme nota explicativa 1.1.1.

7.1. Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil.

Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

Os estoques incluem as importações em andamento, que são demonstrados ao custo de aquisição.

8. Fornecedores

	2019	2018
Terceiros no País (i)	26.944	2.155
Partes relacionadas (nota explicativa 10.1)	28.474	45.185
Total - Circulante	55.418	47.340

(i) O aumento se deu, essencialmente, pela compra de materiais para o REVAMP, conforme detalhado na nota explicativa 1.1.1, e ao valor a ser liquidado financeiramente em janeiro de 2020 na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Arrendamentos mercantis

Os recebimentos e pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles) estão descritos a seguir:

Compromissos Estimados	Recebimentos			Pagamentos		
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2020	101.205	(4.941)	96.264	15.247	(240)	15.007
2021 - 2023	260.810	(62.181)	198.629	45.742	(3.735)	42.007
2024 em diante	137.650	(56.249)	81.401	22.871	(3.763)	19.108
Em 31 de dezembro de 2019	499.665	(123.371)	376.294	83.860	(7.738)	76.122
Circulante			96.264			15.007
Não circulante			280.030			61.115
Em 31 de dezembro de 2019			376.294			76.122
Circulante			49.867			11.211
Não circulante			345.512			69.156
Em 31 de dezembro de 2018			395.379			80.367

9.1. Prática contábil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

No contrato em que a companhia é arrendadora do bem, celebrado com a AmE-GT, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente.

Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

10. Partes relacionadas

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política que orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhados à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

- Priorização dos interesses da companhia independente da contraparte no negócio;

Breitener Tabaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da companhia;
- Condução de transações sem conflito de interesses em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
- Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

10.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema

				2019	2018
	Petrobras	Petrobras Distribuidora S.A. (*)	Breitener Energética	Total	Total
Ativo					
Circulante					
Adiantamento a fornecedor	-	3.916	-	3.916	1.929
Reembolso de gastos com pessoal	153	-	-	153	11
	153	3.916	-	4.069	1.940
Passivo					
Circulante					
Arrendamento mercantil	-	-	15.007	15.007	11.211
Fornecedor CCC-ISOL	22.287	-	-	22.287	22.287
Fornecedores vinculados a fornecimento de gás (i)	-	-	-	-	22.054
Dividendos	-	-	-	-	20.459
Compartilhamento de custos e despesas - CCCD (ii)	4.776	-	-	4.776	-
Outras contas a pagar	-	1.411	-	1.411	844
	27.063	1.411	15.007	43.481	76.855
Não circulante					
Arrendamento mercantil	-	-	61.115	61.115	69.156
	27.063	1.411	76.122	104.596	146.011
Resultado					
Custo dos serviços	-	(8.749)	-	(8.749)	(2.724)
Despesa de juros sobre notas fiscais da CIGÁS (i)	(7.901)	-	-	(7.901)	-
Compartilhamento de custos e despesas - CCCD (ii)	(4.339)	-	-	(4.339)	-
Atualização monetária sobre o CCCD (ii)	(437)	-	-	(437)	-
Despesa de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(9.484)	(9.484)	889
Atualização monetária sobre o arrendamento financeiro	-	-	-	-	(3.712)
	(12.677)	(8.749)	(9.484)	(30.910)	(5.547)

(*) A partir de 01 de julho de 2019 a Petrobras Distribuidora S.A. passou a ser classificada como coligada do Sistema Petrobras.

- (i) Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária datada de 26 de dezembro 2019, a companhia liquidou em 30 dezembro desse mesmo ano por R\$ 29.955 (valor principal e encargos), dívida que se referia à aquisição de gás natural da CIGÁS, que posteriormente havia cedido seus direitos não quitados à Petrobras, conforme as disposições do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Parcela de processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, Jurídico e Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, que são compartilhados e conduzidos por sua controladora indireta (Petrobras). O montante provisionado contempla o valor principal e a atualização monetária, e a sua quitação se dará com a assinatura do Termo de Encerramento de Pendências – TEP.

10.2. Remuneração da administração da companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora indireta Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Breitener Tambaqui.

11. Tributos

11.1. Tributos correntes

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda (i)	2.422	1.043	6.495	6.463	88	-
Contribuição social (i)	2.117	1.752	7.221	5.677	40	-
	4.539	2.795	13.716	12.140	128	-

(i) Refere-se aos créditos de imposto de renda e de contribuição social dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, registrados no ativo não circulante, que foram objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Impostos no país:						
PIS e COFINS (i)	-	203	19.555	3.814	2.210	1.450
PIS e COFINS diferidos	-	-	4.720	3.552	-	-
ICMS	37	-	-	-	2.699	3.462
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	440	469
Outros impostos	-	10	-	-	154	952
	37	213	24.275	7.366	5.503	6.333

(i) Em 31 de dezembro de 2018, os valores referem-se a créditos de PIS e de COFINS referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$ 3.952, atualizado monetariamente, registrados no ativo não circulante, que foram objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2019, além dos valores citados acima, em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a companhia adicionava à sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a companhia reprocessou a apuração destes impostos relativos aos períodos de julho de 2015 a abril de 2019, além disso houve também o alargamento da base de crédito desses impostos conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que definiu o conceito de insumos utilizando os critérios da essencialidade ou relevância, considerando sua imprescindibilidade ou importância para o desenvolvimento da atividade econômica. Essas decisões resultaram em um crédito no montante de R\$ 15.603, atualizado monetariamente, o qual foi objeto de pedido de restituição.

Breitener Tabaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade.

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro			Prejuízos fiscais	Outros	Total
	Imobilizado	Contas a receber	Contas a pagar			
Em 1º de janeiro de 2018	21.644	(130.776)	31.579	23.267	(665)	(54.951)
Reconhecido no resultado do exercício	(2.868)	3.277	(4.655)	1.276	(47)	(3.017)
Em 31 de dezembro de 2018	18.776	(127.499)	26.924	24.543	(712)	(57.968)
Reconhecido no resultado do exercício	(2.862)	9.336	(1.473)	(10.525)	(171)	(5.695)
Em 31 de dezembro de 2019	15.914	(118.163)	25.451	14.018	(883)	(63.663)
Impostos diferidos ativos						24.543
Impostos diferidos passivos						(82.511)
Em 31 de dezembro de 2018						(57.968)
Impostos diferidos ativos						14.018
Impostos diferidos passivos						(77.681)
Em 31 de dezembro de 2019						(63.663)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os débitos diferidos passivos serão realizados na proporção da realização da receita e da resolução final dos eventos futuros, ambos em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2020	2.336	12.947
2021	2.336	12.947
2022	2.336	12.947
2023	2.336	12.947
2024 em diante	4.674	25.894
Parcela registrada contabilmente	14.018	77.682
Parcela não registrada contabilmente	40.459	-
Total	54.477	77.682

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia possuía prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social de R\$ 43.785 (R\$ 63.337 em 2018). Os créditos tributários diferidos de imposto de renda sobre o prejuízo fiscal (25%) e de contribuição social sobre a base negativa de contribuição e social (9%), foram constituídos pela sua totalidade e não alcançam o limite de 30% do encargo tributário diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. A Administração da companhia vem monitorando a geração de lucro nas operações, a partir da reformulação contratual, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos	5.307	110.410
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(1.804)	(37.539)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Temporárias	(23.403)	1.330
Permanentes	2.193	2.581
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(2.172)	10.391
Outros	22	(1.029)
Imposto de renda e contribuição social	(25.164)	(24.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.695)	(3.017)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(19.469)	(21.249)
	(25.164)	(24.266)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	474,17%	21,98%

O aumento da alíquota efetiva entre os exercícios ocorreu, essencialmente, pelo efeito do reconhecimento da PCE sobre recebíveis e reconhecimento de gastos com o Revamp, que não foram objeto de constituição de ativo fiscal diferido.

11.4. Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do exercício que está sendo reportado.

Breitener Tabaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A companhia não constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativo tendo como base lucro tributável futuro pela inexistência de estudo técnico aprovado por sua Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

12. Benefícios concedidos a empregados

12.1. Remuneração variável

A Direção da companhia está avaliando a melhor metodologia para implementação de um novo modelo de remuneração variável para todos os seus empregados, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a companhia busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

Para o exercício de 2019, a administração da companhia não aprovou o reconhecimento de provisão de benefícios relativos a participação no resultado para seus empregados.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 279.445, representado por 279.445.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

13.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva de retenção de lucro

Constituída com base no parágrafo 1º do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar retenção do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado em assembleia geral, devendo compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, podendo ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No exercício de 2019, o saldo de prejuízos foi absorvido pela reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 19.857.

13.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia destinou como dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 20.459, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2019, foi aprovado o pagamento desses dividendos, os quais foram pagos em 29 de maio de 2019.

Relativamente ao exercício de 2019, não há dividendo proposto pela Administração da Companhia, considerando a inexistência de lucro, conforme a seguir demonstrado:

	2019	2018
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(19.857)	86.144
Apropriação:		
Reserva legal	-	(4.307)
Absorção do prejuízo com reservas	19.857	
(Prejuízo) / Lucro básico para determinação do dividendo	-	81.837
Dividendos propostos, equivalente a 25% do lucro básico, composto de:		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	20.459
Reserva de retenção de lucro	-	61.378
Total de dividendos propostos	-	81.837
Dividendos mínimos obrigatórios	-	20.459
Reserva legal (nota explicativa 13.2-a)	-	4.307
Reserva de retenção de lucro (nota explicativa 13.2-b)	(19.857)	61.378
Total da destinação do resultado	(19.857)	86.144

13.3.1. Prática contábil

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

13.4. Resultado por ação

	2019	2018
(Prejuízo) / Lucro líquido atribuível aos acionistas da Breitener Tambaqui	(19.857)	86.144
Quantidade de ações	279.445.068	279.445.068
(Prejuízo) / Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	(0,07)	0,31

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Receita de serviços

	2019	2018
Receita bruta de serviços - O&M	32.546	30.200
ICMS	(8.117)	(7.481)
PIS	(702)	(495)
COFINS	(3.232)	(2.284)
Total	20.495	19.940

14.1. Prática contábil

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A receita de operação e manutenção é reconhecida com base no contrato de fornecimento de energia, o qual é faturado de acordo com as medições mensais.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

15. Custos e despesas por natureza

15.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	2019	2018
Materiais e combustíveis	(24.797)	(25.508)
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(10.465)	(11.783)
Depreciação e amortização	(8)	(8)
Gastos com pessoal	(19.005)	(18.929)
Total	(54.275)	(56.228)

15.2. Despesas de vendas

	2019	2018
(Constituição)/Reversão de perdas de crédito esperadas - PCE (nota 6.1.f)	(34.654)	3.653
Total	(34.654)	3.653

15.3. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(719)	(1.128)
Compartilhamento de custos e despesas (nota explicativa 10.1)	(4.339)	-
Depreciação e amortização	(9)	(15)
Gastos com pessoal	(1.508)	(161)
Total	(6.575)	(1.304)

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Outras receitas (despesas), líquidas

	2019	2018
Gastos vinculados ao REVAMP (i)	(22.270)	-
Participação nos lucros e resultados (ii)	(430)	(897)
Obrigações com P&D	(347)	(200)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(44)	(45)
Constituição de perdas de crédito esperadas - PCE	(1)	(29)
Recuperação de créditos tributários (iii)	10.225	-
Receita de potência vinculada a processos judiciais (iv)	4.925	6.553
Multas sobre processos judiciais (iv)	855	1.740
Resultado com pessoal cedido	634	(135)
Multas contratuais (penalidades / liquidação financeira CCEE)	15	86
Resultado com alienações e baixa de ativos	-	2
Receita / (Despesa) CCC-ISOL	-	180
Outras	1.812	(151)
	(4.626)	7.104

- (i) Referem-se a despesa do exercício com a revitalização do parque industrial da companhia, arrendado à AmE-GT (nota explicativa 1.1.1).
- (ii) O valor registro em 2019, refere-se a ajuste da provisão reconhecida sobre o exercício de 2018.
- (iii) Reprocessamento das apurações das contribuições de PIS e COFINS sobre receita financeira de arrendamento conforme processo informado na nota explicativa 11.1 (i).
- (iv) Reconhecimento de multas e receita sobre processos judiciais movidos contra a antiga arrendatária - AmE (Nota explicativa 19.4.1).

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Receitas Financeiras	83.170	81.008
Receita de juros sobre o arrendamento mercantil financeiro (i)	57.433	23.407
Receita de juros sobre o contas a receber - ações judiciais	18.638	51.959
Receita com recebíveis de ativos financeiros	7.082	5.872
Receita de juros sobre depósitos judiciais	17	16
Outros	-	(246)
Despesas Financeiras	(17.418)	(82)
Despesa de juros sobre o arrendamento mercantil financeiro - Controladora	(11.003)	-
Despesa de juros sobre notas fiscais da CIGAS (nota explicativa 10.1 (i))	(7.901)	-
Despesas direito de uso PIS/COFINS	1.519	-
Outros	(33)	(82)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20.976	64.905
Atualização monetária sobre contas a receber - ações judiciais	10.386	21.455
Atualização monetária sobre P&D	2.883	(671)
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	8.089	327
Atualização monetária sobre o arrendamento mercantil financeiro - Controladora (i)	-	(3.712)
Atualização monetária sobre arrendamento mercantil financeiro (i)	-	47.615
Atualização monetária sobre CCCD	(437)	-
Outras variações monetárias e cambiais líquidas	55	(109)
Total	86.728	145.831

- (i) A partir de 01 de janeiro de 2019, com a adoção do normativo CPC 06(R2), a companhia não retrata mais a atualização monetária sobre o arrendamento mercantil financeiro com a AmE-GT, conforme entendimento dos itens 80 do CPC 06 (R2) e 5.4.3 do CPC 48, com isto os efeitos da variação do IPCA sobre o contas a receber do arrendamento, que era provisionado mensalmente, passar a ser registrado totalmente na data base do reajuste do contrato.

Parte desse valor que anteriormente era reconhecido com atualização monetária passou a ser capturada como receita financeira do arrendamento à medida que aumentou o fluxo do recebível base para cálculo dos juros reconhecidos mensalmente.

18. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2019	2018
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte de terceiros	2.838	2.216

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Processos judiciais e contingências

19.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: execução de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o MPT, que cobra valores referentes às multas previstas por trabalhador encontrado em situação irregular quanto à jornada de trabalho;
- Processo ambiental referente à auto de infração lavrado em 2013 pela SEMMA - Manaus, que aplicou penalidade de multa a companhia em virtude de descumprimento de exigência.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2019	2018
Passivo não circulante		
Processos trabalhistas	354	322
Processos cíveis	-	6
Processos ambientais	381	368
	735	696
Saldo inicial	696	653
Adições (Baixas), líquidas	(6)	(4)
Atualizações de juros	45	47
	735	696

19.1.1. Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas.

	2019	2018
Ativo não circulante		
Trabalhistas	284	268
	284	268

No exercício de 2019, a movimentação refere-se à atualização monetária.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2019	2018
	Fiscais	12.034
Ambientais	5.354	5.180
	17.388	16.902

Os quadros a seguir detalham as principais causas de naturezas fiscal, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	2019	2018
Autor: Receita Federal do Brasil		
1) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do IRPJ, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2009, homologado parcialmente pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados. Situação atual: Aguardando análise da manifestação de inconformidade através de recurso administrativo.	1.713	1.661
2) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do CSLL, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2009, homologado parcialmente pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados. Situação atual: Aguardando análise da manifestação de inconformidade através de recurso administrativo.	1.443	1.399
3) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do IRPJ, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2008, homologado parcialmente pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados. Situação atual: Aguardando julgamento da impugnação.	1.032	982
4) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do IRPJ, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2008, não homologado pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados. Situação atual: Aguardando julgamento da impugnação.	1.003	972
5) Auto de infração por lançamento de IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguarda-se o julgamento da defesa administrativa apresentada pela companhia.	5.732	5.502
6) Pedido de compensação referente a pagamento a maior de estimativa de CSLL. Situação atual: Aguardando análise da manifestação de inconformidade através de recurso administrativo.	607	582
7) Auto de infração por lançamento de IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguardando julgamento da impugnação.	423	400
8) Auto de infração por lançamento de IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguardando análise da manifestação de inconformidade através de recurso administrativo.	66	62
Autor: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica - MME; Centrais Elétricas Brasileiras S.A.		
1) Auto de infração por lançamento de IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguardando análise da manifestação de inconformidade através de recurso administrativo.	-	161
10) Processos diversos de natureza fiscal	15	-
Total dos processos de natureza fiscal	12.034	11.721

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição do processo de natureza ambiental	Estimativa	
	2019	2018
Autor: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Manaus		
1) Auto de infração lavrado em face do desmoronamento de parte do terreno da Breitener Tambaqui.		
Situação atual: Processo encontra-se aguardando análise de defesa administrativa apresentada pela companhia.	5.354	5.180
Total dos processos de natureza ambiental	5.354	5.180

19.4. Contingências ativas

19.4.1. Ação movida contra AmE e AmE-GT.

Em janeiro de 2009, a Resolução Normativa 347, posteriormente revogada e substituída pela Resolução Normativa 427 de 22 de fevereiro de 2011, da ANEEL alterou o procedimento para reembolso da conta de consumo de combustíveis fósseis dos sistemas isolados - CCC-ISOL, reduzindo os valores pagos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE, assumiu a responsabilidade do pagamento pela energia fornecida referente ao óleo combustível, em decorrência da aplicação da referida Resolução Normativa. Entretanto, desde janeiro de 2009 a companhia não vem recebendo da AmE parte do reembolso da conta de consumo de combustíveis fósseis dos sistemas isolados - CCC-ISOL.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores pendentes de recebimento relativos ao faturamento do óleo combustível, em contrapartida do montante registrado em fornecedores, acumulam R\$ 47.929. Este valor, juntamente com as cominações legais, são objetos de ações judiciais contra a AmE e sua garantidora, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras.

Adicionalmente, a companhia pleiteou judicialmente créditos, no montante de R\$ 8.152, oriundo de questionamento referente ao momento em que devia se dar a atualização de suas tarifas de geração de energia. Em 24 de novembro de 2015, em decisão transitada em julgado, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT decidiu favoravelmente à companhia. O início do cumprimento de sentença se deu em 26 de fevereiro de 2016. A execução está suspensa devido à negociação entre as partes para atender pleito da AmE, que por não apresentar condições financeiras para quitar o valor devido à vista, propôs o parcelamento da dívida em 24 parcelas mensais e sucessivas corrigidas por 111% da taxa Selic.

Em abril de 2009, a companhia ingressou com ação de cobrança cumulada com pedido de indenização contra a AmE requerendo encargos de mora pelo atraso no pagamento das faturas do contrato de suprimento de energia. Em novembro de 2016, a AmE foi condenada em última instância, com bloqueio de conta corrente no valor atualizado da ação, R\$ 14.827. O alvará de levantamento dos valores foi emitido em 20 de janeiro e o recebimento ocorreu em 21 de fevereiro de 2017.

A companhia negociou acordo extrajudicial que prevê a quitação do processo judicial remanescente, no montante de R\$ 159.914, em 24 parcelas, os pagamentos das parcelas foram iniciados em agosto de 2017. Em 2019 foram realizados adiantamentos pela AmE, no montante de R\$ 35.536 (R\$ 87.378 em 2018), como antecipação do acordo, através de Termo de Quitação, os quais foram apropriados ao resultado do exercício, conforme cálculo previsto no pleito judicial, que contempla principal, juros e multa.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Por conta da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada, conforme mencionado na nota explicativa 6.1.f, a arrendatária decidiu não quitar as parcelas restantes de maio a julho de 2019 desse processo judicial, para compor os valores das sucessivas penalidades que a companhia vinha incorrendo pela sua incapacidade entregar a totalidade da energia prevista no contrato (60MW mês) até a vigência da liminar. A Administração da companhia também está pleiteando judicialmente estes valores pelos mesmos motivos expostos na nota mencionada acima.

Em 18 de dezembro de 2019 a Administração da companhia e seus assessores jurídicos também entraram com ação judicial contra a AmE-GT (atual arrendatária do contrato) por entender ser improcedente as recentes glosas ocorridas nas parcelas faturadas durante o ano pela mesma fundamentação que garantia o recebimento integral das faturas quando da vigência da liminar.

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	95	38
Contas a receber, líquidas	101.511	71.562
Contas a receber - FIDC	85.800	116.546
	187.406	188.146
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	280.030	345.512
Depósitos judiciais	284	268
	280.314	345.780
	467.720	533.926
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	55.418	47.340
Arrendamentos mercantis	15.007	11.211
Outras contas e despesas a pagar	368	192
	70.793	58.743
Não circulante		
Arrendamentos mercantis	61.115	69.156
	61.115	69.156
	131.908	127.899

O principal ativo financeiro da companhia é classificado na categoria de custo amortizado, não derivativo com recebimentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados, exceto os montantes classificados como contas a receber – FIDC, que estão mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

20.1.1. Prática contábil

Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

20.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

20.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora final Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

20.3.1. Risco cambial

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

20.3.2. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas em função de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

20.3.3. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora final Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa, de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora final Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

20.3.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas vinculadas ao serviço de operação e manutenção da planta termoelétrica. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

20.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio, a companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Breitener Tambaqui S.A.

(Controlada da Breitener Energética S.A.)

Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

RAIMUNDO BARROSO LUTIF FILHO

Diretor Presidente

CLODIANA BRESCOVIT ALVES

Diretora Financeira

MANOEL RODRIGUES TERCEIRO NETO

Diretor Administrativo

ROBSON HONORATO

Contador

CRC-RJ 086473/O-7